

1 **Abertura** – Às 09hs10min do dia 30 de agosto de 2006, no auditório da Companhia
2 Nacional de Abastecimento-CONAB, sediado no SIA Quadra 6C, Brasília-DF, teve início a
3 segunda reunião ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos
4 Povos e Comunidades Tradicionais, a qual teve as palavras de abertura proferidas pelo
5 **Sr. Gilney Viana**, Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do
6 Ministério do Meio Ambiente. Os trabalhos foram presididos pelo Senhor **Aderval Costa**
7 **Filho** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretariados pelo **Sr.**
8 **Jorg Zimmermann** – Ministério do Meio Ambiente. Estiveram presentes: **Pedro Ramos**
9 **de Souza** (titular) representante do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS; **Célia**
10 **Regina das Neves Favacho** (suplente) representante do Conselho Nacional dos
11 Seringueiros – CNS); **Márcia Guelpa** (titular) representante da Associação de
12 Preservação da Cultura Cigana - APRECI; **José Carlos da Silva** (suplente) representante
13 do Centro de Estudos e Discussão Romani – CEDRO; **Patrícia Stur** (titular) representante
14 da Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas
15 Brancas - AMAPPAB; **Valmir Parintintin** (titular) representante da Coordenação das
16 Organização Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB; **José Barbosa dos Santos**
17 (suplente) representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do
18 Nordeste, Minas e Espírito Santo - APOINME; **Maria Adelina Alves de Souza** (titular)
19 representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu -
20 MIQCB, **Maria Aláides de Souza Chagas** (suplente) representante da Associação em
21 áreas de Assentamento do Estado do Maranhão - ASSEMA; **Acir Túlio** (titular)
22 representante da Rede Faxinal; **Hamilton José da Silva** (suplente) representante da
23 Rede Faxinal; **Renato Alves Rios** (titular) representante da Associação de Mulheres
24 Agricultoras Sindicalizadas - AMAS; **Raquel Pereira da Silva Santos** (suplente)
25 representante da Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas - AMAS; **Josilene**
26 **Brandão da Costa** (titular) representante da Coordenação Nacional de Articulação das
27 Comunidade Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; **Jhonny Martins de Jesus** (suplente)
28 representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidade Negras Rurais
29 Quilombolas -CONAQ; **Lucely Moraes Pio** (suplente) representante da Articulação Pacari
30 de Plantas Medicinais do Cerrado; **Valdivino Rodrigues de Souza** (titular) representante
31 da Coordenação Estadual de Fundo de Pasto do Estado da Bahia; **Carlos Eduardo**
32 **Cardoso Lima** (suplente) representante da Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da
33 Bahia; **Cláudia Regina Sala de Pinho** (titular) representante do Fórum Matogrossense de

34 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FORMAD; **Dauro Marcos do Prado**
35 (titular) representante da Rede Caiçara de Cultura, **Arnaldo Rodrigues Neves Junior**
36 (suplente) representante da União dos Moradores da Juréia; **Raimundo Konmannanjy**
37 (titular) representante da Associação Cultura de Preservação do Patrimônio Bantu -
38 ACBANTU; **Geraldo Vitor da Silva Filho** (suplente) representante do Ministério da
39 Cultura; **Márcia da Mota Pinto** (suplente) representante do Ministério do Trabalho e
40 Emprego; **Alexandre Zananire Cordeiro** (suplente) representante do Instituto Brasileiro
41 de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; **Rosane de Mattos** (titular)
42 representante da Fundação Nacional do Índio; **Paula Balduino de Melo** (suplente)
43 representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Raimunda Nonata Carlos**
44 **Ferreira** (titular) representante da Fundação Nacional de Saúde; **Aderval Costa Filho**
45 (suplente) representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e
46 **Jorg Zimmermann** (suplente) representante do Ministério do Meio Ambiente).
47 Participaram ainda: **Benedito Claudio de Oliveira Mendes** (ACBANTU/REDE KODYA);
48 **Roberto Alves de Almeida** (INCRA); **Martinho Anomade** (FUNAI/CGDC); **Maria Isabel**
49 **Rodrigues** (SEPPIR); **Julia Otero** (SAIP/MDS); **Leslye Ursini Bonbonatto** (SAIP/MDS);
50 **Lucila B. Beato** (SE/MDS); **Deis Siqueira** (CNPT/IBAMA); **Érika Fernandes Pinto**
51 (DISAM/IBAMA); **Sandra T. Faillace** (SDS/MMA); **Teresa Cristina Moreira** (SDS/MMA);
52 **Ricardo Burg Milynarz** (DEA/MMA); **Cláudio Picanço** (SCA/MMA); **Isabella F. B.**
53 **Ferreira** (SCA/MMA); **Iara Monteiro Attych** (DAN/UnB). A pauta da reunião
54 compreendeu os seguintes itens: I. **ABERTURA**; II. **INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS**;
55 **II.1 – Leitura e aprovação da Pauta da 2ª Reunião Ordinária**; **II.2 – Aprovação da Ata**
56 **da 1ª Reunião Ordinária**; **III – ORDEM DO DIA**; **III.3 – Leitura, debate e votação do**
57 **Regimento Interno da Comissão Nacional**; **III.4 – Apresentação sintética dos**
58 **resultados do trabalho do Grupo de Coordenação para as Oficinas Regionais para a**
59 **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades**
60 **Tradicionais e para os trabalhos do dia**; **III.5 – Apreciação e votação do texto base**
61 **para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e**
62 **Comunidades Tradicionais**; **IV – ASSUNTOS DE ORDEM GERAL**: **IV.6 - Informe**
63 **gerais**; **IV.7 – Palavra aberta aos Membros**; **IV.8 – Encerramento**. O Sr. **Aderval Costa**
64 **Filho** iniciou a reunião às 10h15min, com a leitura da pauta, a respeito da qual solicitou a
65 inversão dos itens da ordem do dia, e a inclusão de um novo item no mesmo tópico,
66 passando este item a ter a seguinte configuração: **ORDEM DO DIA**; **III.3 –**

67 **Apresentação sintética dos resultados do trabalho do Grupo de Coordenação para**
68 **as Oficinas Regionais para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos**
69 **Povos e Comunidades Tradicionais e para os trabalhos do dia; III.4 – Apresentação**
70 **Sintética da Metodologia dos Trabalhos em Grupo; III.5 – Apreciação e votação do**
71 **texto base para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e**
72 **Comunidades Tradicionais; III.6 – Leitura, debate e votação do Regimento Interno**
73 **da Comissão Nacional.** Colocada em votação a pauta foi aprovada com as alterações
74 sugeridas pela mesa. Em seguida, o Sr. **Aderval Costa Filho** passou a palavra para Sra.
75 **Teresa Cristina Moreira**, assessora técnica da Secretaria Executiva, para que
76 procedesse à leitura da Ata da 1ª Reunião da Comissão Nacional, ocorrida nos dias 02 e
77 03 de agosto de 2006, em Brasília, DF. Feita a leitura e acrescentadas as modificações
78 solicitadas pelos senhores membros, a ata foi posta em votação tendo sido aprovada.
79 Dando início à apreciação da Ordem do Dia, o **Sr. Jorg Zimmermann**, Secretário
80 Executivo substituto, solicitou à **Sra. Josilene Brandão da Costa** que procedesse à
81 apresentação do item III.3 da pauta. A este respeito, a representante da CONAQ informou
82 que o Grupo de Coordenação foi eleito durante a 1ª Reunião Ordinária para definir e
83 operar as questões referentes à execução das Oficinas Regionais para a Política Nacional
84 de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, às quais será
85 submetido o texto base resultante dos trabalhos realizados pela Comissão durante esta
86 segunda reunião. Informou também que os principais pontos debatidos pelo Grupo de
87 Coordenação, em sua reunião ocorrida nos dias 14 e 15 de agosto em Brasília foram: a
88 proposta metodológica; os critérios adotados para a mobilização da sociedade civil e o
89 papel dos membros da Comissão representantes dos povos e comunidades tradicionais
90 na execução das Oficinas. Quanto ao primeiro ponto, mencionou que a metodologia
91 proposta pela Secretaria Executiva foi considerada bastante adequada, contudo, foi
92 proposto pelos membros não-governamentais que a fossem incluídos durante a
93 programação momentos de confraternização e atividades lúdicas, visando dar maior
94 descontração aos eventos, uma vez que faz parte das tradições dos povos e
95 comunidades tradicionais que as atividades coletivas sejam permeadas por estes
96 momentos, o que daria maior leveza às atividades diante da elevada carga de trabalho
97 prevista para os eventos. Informou também que foi considerado estratégico que os
98 representantes de povos e comunidades tradicionais participassem das equipes de
99 coordenação e das equipes de execução das Oficinas, sendo que uma das atribuições a

100 serem assumidas seria, justamente, a realização das atividades lúdicas. Neste sentido,
101 quanto à participação dos representantes de povos e comunidades tradicionais nas
102 oficinas, foi definido que cada equipe teria, além de um Coordenador Geral representante
103 do Governo Federal, um Coordenador Adjunto representando aqueles povos e
104 comunidades. Além disso, também ficou definido que cada um dos quatro grupos de
105 trabalho a serem constituídos em cada uma das oficinas deveria ser composto por um
106 moderador, um relator e um coordenador de grupo, este último obrigatoriamente um
107 representante dos povos e comunidades tradicionais. Com relação aos Coordenadores
108 Adjuntos, a Sra. **Josilene Brandão** esclareceu que foi considerado oportuno que estes
109 fossem eleitos entre os membros não-governamentais que já compunham o Grupo de
110 Coordenação, o que foi bem aceito pela Plenária. Informou, por fim, que com relação aos
111 critérios adotados para a mobilização da sociedade civil, o Grupo pensou estratégias que
112 fossem adequadas à realidade de cada uma das regiões onde seriam realizadas as
113 Oficinas. Neste sentido, a distribuição das vagas foi pensada tendo em consideração os
114 grupos existentes em cada região, sua representatividade regional e o nível de
115 organização dos segmentos envolvidos. Em seguida, o **Sr. Aderval Costa Filho**, passou
116 para o próximo ponto da pauta, **Item III.4** – Apresentação sintética da metodologia dos
117 trabalhos em grupo. A apresentação foi feita pela **Sra. Sandra Faillace**, [gerente da](#)
118 [Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do meio](#)
119 [Ambiente.](#) responsável pela proposta apresentada pela Secretaria Executiva, a qual
120 propôs que tal metodologia fosse aplicada durante os trabalhos de apreciação do item
121 III.5 a fim de que os membros da Comissão, bem como os técnicos envolvidos tivessem a
122 oportunidade de conhecer a metodologia proposta e sanar eventuais dúvidas. A proposta
123 foi aceita sem objeções pela plenária, razão pela qual os senhores membro da Comissão
124 passaram a se inscrever para um dos quatro grupos de trabalho temáticos a serem
125 formados no período da tarde. Na seqüência, o **Sr. Aderval da Costa Filho**, propôs que
126 se desse prosseguimento aos assuntos da pauta, passando ao **Item III.5**. A **Sra. Leslye**
127 **Ursini**, assessora técnica da Secretaria de Assuntos Institucionais e Parcerias do
128 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, passou a fazer uma leitura
129 integral do texto-base consolidado pela Secretaria Executiva para a Política Nacional de
130 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esclareceu que tal
131 leitura seria importante para que todos tivessem conhecimento dos acréscimos
132 apresentados pelos membros da comissão após a 1ª Reunião Ordinária, as quais foram

133 encaminhadas pelas seguintes instituições: Fundação Cultural Palmares; Fundação
134 Nacional do Índio; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento
135 Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente e Coordenação dos Fundos de
136 Pasto do Estado da Bahia. Finda a leitura do texto, os presentes foram convidados a
137 compor os grupos de trabalho, formados de acordo com os eixos temáticos propostos
138 para a política. Os trabalhos em grupo foram realizados até as 19h 20min do dia 30 de
139 agosto, tendo continuidade das 9h 30min às 16h 40min do dia 31. Às 17h 00min a sessão
140 plenária foi retomada pelo **Sr. Jorg Zimmermann** que convocou os grupos a
141 apresentarem seus resultados. A **Sra. Sandra Faillace** ressaltou a metodologia a ser
142 adotada durante a plenária, esclarecendo que os grupos apresentariam seus resultados,
143 indicando apresentando, inicialmente os pontos acordados e, por fim, os pontos não
144 consensuados no grupo. Ressaltou por fim que o papel da plenária não seria a o de
145 refazer o trabalho do grupo, mas sim ajudar os grupos a chegarem a um consenso sobre
146 os pontos em aberto, de forma que ao final da apresentação e debate sobre os resultados
147 de cada grupo, o bloco de propostas estivesse aprovado pela plenária. Apenas pontos
148 não abordados e considerados relevantes poderiam ser incluídos no texto durante a
149 plenária. Feitos estes esclarecimentos cada grupo apresentou seus resultados, tendo a
150 sessão se encerrado às 18h30min. Em 01 de setembro de 2006, os trabalhos foram
151 retomados às 9h30min, com a continuação da apresentação dos trabalhos em grupo,
152 seguindo-se o debate em plenária. Ao final da apresentação de todos os grupos o **Sr.**
153 **Jorg Zimmermann** propôs que se avançasse para a apreciação do próximo item da
154 pauta a fim de que fossem definidas as regras para o regime de votação na Comissão e
155 após este item, se retornasse para a votação do texto-base da PNPCT efetivamente.
156 Aceita a proposta, a **Sra. Teresa Cristina Moreira** fez a leitura do texto de Regimento
157 Interno para a Comissão Nacional proposto pela Secretaria Executiva, passando, na
158 seqüência, aos debates. Feitas e registradas as alterações propostas, o Sr. **Jorg**
159 **Zimmermann** colocou o texto em votação, o qual foi aprovado com os seguintes votos
160 favoráveis: **Pedro Ramos de Souza** (Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS); **José**
161 **Carlos da Silva** (Centro de Estudos e Discussão Romani – CEDRO); **Patrícia Stur**
162 (AMAPPAB); **Valmir Parintintin** (COIAB); **Maria Adelina Alves de Souza** (MIQCB); **Acir**
163 **Túlio** (Rede Faxinal); **Josilene Brandão da Costa** (CONAQ); **Lucely Moraes Pio**
164 (Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado); **Valdivino Rodrigues de Souza**
165 (Coordenação Estadual de Fundo de Pasto); **Cláudia Regina Sala de Pinho** (FORMAD);

166 **Dauro Marcos do Prado** (Rede Caiçara de Cultura), **Raimundo Konmannanjy**
167 (ACBANTU); **Rosane de Mattos** (FUNAI/CGDC); **Paula Balduino de Melo** (MDA);
168 **Raimunda Nonata Carlos Ferreira** (FUNASA); **Jorg Zimmermann** (SDS/MMA). Não
169 houve votos contrários ou abstenções. Retomando o item III.5, o Sr. Jorg Zimmermann
170 colocou em votação o texto—base para a Política Nacional de Desenvolvimento
171 Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a ser levado a público durante as
172 Oficinas Regionais de Rio Branco, Belém, Cuiabá, Curitiba e Paulo Afonso, o qual foi
173 aprovado com os seguintes votos favoráveis: **Pedro Ramos de Souza** (Conselho
174 Nacional dos Seringueiros – CNS); **José Carlos da Silva** (Centro de Estudos e
175 Discussão Romani – CEDRO); **Patrícia Stur** (AMAPPAB); **Valmir Parintintin** (COIAB);
176 **Maria Adelina Alves de Souza** (MIQCB); **Acir Túlio** (Rede Faxinal); **Josilene Brandão**
177 **da Costa** (CONAQ); **Lucely Moraes Pio** (Articulação Pacari de Plantas Medicinais do
178 Cerrado); **Valdivino Rodrigues de Souza** (Coordenação Estadual de Fundo de Pasto);
179 **Cláudia Regina Sala de Pinho** (FORMAD); **Dauro Marcos do Prado** (Rede Caiçara de
180 Cultura), **Raimundo Konmannanjy** (ACBANTU); **Rosane de Mattos** (FUNAI/CGDC);
181 **Paula Balduino de Melo** (MDA); **Raimunda Nonata Carlos Ferreira** (FUNASA); **Jorg**
182 **Zimmermann** (SDS/MMA). Não houve votos contrários ou abstenções. Dando
183 prosseguimento à pauta, relativamente ao item IV – Assuntos de Ordem Geral, o Sr.
184 **Aderval Costa Filho** passou ao ponto 7 – Informes gerais, convidou o **Sr. Alberto Silva**,
185 da Diretoria de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente a fazer
186 um informe sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e a Política
187 Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Quanto
188 à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, **Alberto Silva** fez uma
189 apresentação relatando o processo de instituição da mesma por meio do Decreto 5.813,
190 de 22 de julho de 2006, e o atual estágio dos trabalhos do Grupo de Trabalho
191 Interministerial - GTI, compostos pelos seguintes órgãos governamentais: Casa Civil da
192 Presidência da República; Ministério da Integração Nacional; Ministério do
193 Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Desenvolvimento Agrário;
194 Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura,
195 Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
196 Ministério da Cultura; Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Fundação
197 Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Alberto Silva esclareceu ainda que o GTI tem entre suas
198 principais atribuições a elaboração de um Programa Nacional de Plantas Medicinais e

199 | Fitoterápicos, enfatizando a importância da participação dos povos e comunidades
200 | tradicionais, razão pela qual os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento
201 | Agrário estão propondo ~~a realização de~~ seminário a ser realizado na primeira quinzena
202 | de setembro do presente ano, com representantes dos povos e comunidades tradicionais,
203 | visando obter subsídios para a elaboração do PNPMF, uma vez que o GTI não conta com
204 | a participação direta da sociedade civil. Por fim, o **Sr. Alberto Silva** avaliou que as
205 | Oficinas Regionais para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e
206 | Comunidades Tradicionais seria uma ótima oportunidade para apresentar e debater junto
207 | aos participantes as questões relacionadas tanto ao PNPMF quanto à inserção das
208 | plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde - SUS, sendo que tal
209 | debate poderia se dar em reuniões de trabalho ~~a serem~~ realizadas nos intervalos das
210 | atividades das Oficinas. Disse que tal oportunidade seria impar tendo em vista que o
211 | prazo máximo para a finalização da proposta do Programa Nacional de Plantas
212 | Medicinais e Fitoterápicos ocorrerá se dará no mês de outubro. Solicitaram a palavra, **Jô**
213 | **Brandão, Pedro Ramos de Souza, Arnaldo Neves Júnior, e Raimundo Konmannanjy.**
214 | Jô Brandão afirmou que o tema é, sem dúvida, relevante e de interesse dos povos e
215 | comunidades tradicionais, entretanto, questionou o fato do mesmo só estar sendo levado
216 | ao conhecimento da Comissão Nacional no final do processo de debates para a
217 | elaboração do Programa, razão pela qual considera que se existe real interesse na
218 | participação dos povos e comunidades tradicionais neste debate, o GTI deveria também
219 | ser composto por representantes destes segmentos, assim como o prazo para a
220 | elaboração do Programa deveria ser revisto de modo a possibilitar uma participação
221 | efetiva para-ada sociedade civil. Quanto à possibilidade de serem realizadas reuniões de
222 | trabalho durante as Oficinas Regionais, **Raimundo Konmannanjy** ponderou que não
223 | achava a medida adequada, pois todo o processo de organização das Oficinas já está
224 | sendo debatido a-à bastante tempo e acredita que, devido à complexidade do próprio
225 | tema das Oficinas, a introdução de um novo assunto – PNPMF – poderia gerar uma
226 | grande confusão ~~para-esaos~~ participantes. Além do mais, seria misturar assuntos que,
227 | embora tenham uma certa interface, encontram-se em estágios de amadurecimento
228 | diferentes o que agrava ainda mais a possibilidade de os participantes, além de exaustos
229 | com as atividades já previstas para as Oficinas, terminem confundindo os temas, o que
230 | prejudicaria ambos os trabalhos. **Pedro Ramos de Souza e Arnaldo Neves Júnior**
231 | concordaram com as ponderações feitas por **Josilene Brandão e Raimundo**

232 **Konmannanjy**, enfatizando que a melhor alternativa seria garantir a extensão do prazo e
233 a abertura para a participação da sociedade civil no processo de construção do Programa
234 Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **Valmir Parintintim**, solicitou à Secretaria
235 Executiva que ficasse registrado em ata que os Povos Indígenas se retiraram desta
236 reunião por haver, dentro do movimento indígena, especialmente quando da a-realização
237 da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, o entendimento
238 de que estes povos não dialogarão mais sobre o uso dos conhecimentos tradicionais
239 associados à biodiversidade, principalmente no caso dos conhecimentos relativos às
240 plantas medicinais, em razão do histórico de apropriação indevida destes saberes por
241 outros setores da sociedade. Retomado o debate, **Josilene Brandão** propôs aos
242 presentes que fosse elaborada uma moção, a ser encaminhada ao GTI, com as
243 seguintes reivindicações ~~reinvindicações~~: ampliação do prazo e participação da
244 sociedade civil no GTI ou participação em uma câmara técnica criada para o diálogo com
245 este setor. A moção foi redigida e assinada pelos presentes, ficando a Secretaria
246 Executiva responsável por encaminhá-la ao Grupo de Trabalho Interministerial.
247 Retomando a pauta, o **Sr. Aderval Costa Filho** abriu a palavra aos membros e, não
248 havendo mais manifestações, deu por encerrada a reunião, a qual foi celebrada pela **Sra.**
249 **Marcia Guelpa** e pelo **Sr. José Carlos da Silva** às 19h10min. Eu, **Teresa Cristina**
250 **Moreira**, por solicitação da Presidência, lavrei a presente ata.

251

252

253

254

255

Heliana Kátia Campos

Presidente

256

Gilney Viana

Secretário-Executivo